



FLS.	16
PROC.	316/2019
C.M.	219

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

LEI Nº 9.665

De 25 de julho de 2019

Autógrafo nº 238/19 – Projeto de Lei nº 249/19

Iniciativa: Prefeitura Municipal de Araraquara

Altera a Lei nº 8.105, de 17 de dezembro de 2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, e de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal em sessão ordinária de 23 (vinte e três) de julho de 2019 (dois mil e dezenove), promulga a seguinte lei:

Art. 1º A Lei nº 8.105, de 17 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será constituído por 28 (vinte e oito) membros, contando com representantes do Poder Público, entidades governamentais e representantes da sociedade civil, conforme segue:

- I -
-
- b)** uma representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Participação Popular;
- c)** uma representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
- d)** uma representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- e)** uma representante da Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico;
- f)** uma representante da Secretaria Municipal da Educação;
- g)** uma representante da Secretaria Municipal de Cultura;
- h)** uma representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- i)** uma representante da Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública;
- j)** uma representante da Delegacia de Defesa da Mulher da Secretaria de Estado de Segurança Pública;
- k)** uma representante da Diretoria Regional de Ensino da Secretaria de Estado da Educação;

MR
Forte



FLS.	57
PROC.	216/19
C.M.	GD

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

l) uma representante do Fundo Social de Solidariedade do Município de Araraquara;

m) uma representante do Serviço Especial de Saúde de Araraquara (SESA); e

n) uma representante da Maternidade Gota de Leite Vovó Mocinha (FUNGOTA).

II -

a) uma representante de Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Estadual Paulista (UNESP);

b) uma representante de instituições de ensino superior em funcionamento em Araraquara;

c) uma representante da Ordem dos Advogados do Brasil, 5ª Subsecção Araraquara;

d) uma representante de Sindicato de Trabalho de Araraquara;

e) uma representante dos (as) usuários (as) do Centro de Referência do Idoso de Araraquara (CRIA);

f) uma representante das usuárias do Ambulatório de Saúde da Mulher e de Gestação de Alto Risco;

g) uma representante das usuárias da rede básica de saúde, escolhidas pelo Conselho de Usuários da rede básica de saúde;

h) uma representante do Grupo de Apoio e Solidariedade a Portadores do Vírus HIV de Araraquara (GASPA);

i) uma representante de entidade de defesa ou atendimento a pessoas com deficiências;

j) uma representante de entidade ou movimento de promoção da igualdade racial;

k) duas representantes de organizações não governamentais de atendimento ou de defesa dos direitos da mulher; e

l) duas representantes mulheres escolhidas por meio das reuniões plenárias do Orçamento Participativo, sendo uma delas escolhida nas Plenárias da temática da Mulher e outra escolhida a partir dos membros do Conselho do Orçamento Participativo.

§ 1º As representantes do Orçamento Participativo referidas na alínea "l" do inciso II deste artigo, oriundas do Conselho do Orçamento Participativo, serão escolhidas em reuniões plenárias públicas convocadas para a elaboração das prioridades orçamentárias do município, para integrarem o Conselho Municipal do Orçamento Participativo (representantes de diversas regiões) e, posteriormente, entre os membros desse conselho, escolhidas para integrar este Conselho Municipal da Mulher.

MR
D. J. P.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	18
PROC.	516/19
C.M.	102

§ 2º Enquanto não tiverem sido empossados os membros do Conselho Municipal do Orçamento Participativo, os membros do Conselho Municipal da Mulher referidos na alínea "I" do inciso II deste artigo serão representados, interinamente, por representantes das Plenárias do Orçamento Participativo.

§ 3º Os representantes do Orçamento Participativo referidos na alínea "I" do inciso II deste artigo, oriundos das plenárias da temática da Mulher do Orçamento Participativo, serão escolhidos em reuniões plenárias públicas convocadas especialmente para a discussão do orçamento participativo voltado esse tema." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de julho do ano de 2019 (dois mil e dezenove).


EDINHO SILVA

Prefeito Municipal


JULIANA PICOLI AGATTE

Secretária de Gestão e Finanças

Publicada na Coordenadoria Executiva de Justiça e Cidadania, na data supra.


MARINA RIBEIRO DA SILVA

Coordenadora Executiva de Justiça e Cidadania

Arquivada em livro próprio 01/2019. ("RAP").